

O MERCADO CONTRA A DEMOCRACIA OU A DEMOCRACIA DO MERCADO

Por Samuel Costa Filho*

Resumo: a sociedade brasileira nas últimas três décadas presencia uma elevada ação de crítica ao Estado corrupto, populista, e às políticas de gasto fruto do avanço da democracia de massa, possibilitada pelo processo de redemocratização dos anos 1980. Nesse sentido, a política ortodoxa neoliberal transformou o Estado desenvolvimentista em Estado gerente. Em meio a esse processo, a sociedade, que ainda acredita existir um Estado democrático, vê-se desiludida com o Estado, com os políticos e com a democracia de massa. Entender como se construiu essa triste realidade, na qual o Estado democrático foi substituído pela democracia do mercado, é o objetivo desse artigo.

Palavras-chave: Políticas públicas. Democracia. Neoliberalismo.

Abstract: brazilian society over the past three decades witnessed a higher critic towards corrupt, populist Government, and spending policies born out of the mass democracy advances made possible by the democratization process of the 1980s. In this sense, the neoliberal orthodox policy transformed the developmentalist government in a managerial government. In the midst of this process, society still believes there is a democratic state, finds itself disillusioned with the Government, politicians and mass democracy. Understanding how they built this sad reality, in which the democratic government was replaced by the democracy of the market, it is the objective of this article.

Keywords: Public policies. Democracy. Neoliberalism.

1 Introdução

O Estado democrático está sob constante ataque. Este fato é resultado do predomínio da crítica conservadora ultraliberal que emergiu no mundo desenvolvido, combatendo o Estado do Bem-Estar Social e a democracia de massa, que penetrou nos países da América Latina sob influência e ajuda dos principais organismos internacionais - Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial -, e que passou a ser hegemônica. No Brasil, que nos anos 1980 presenciava um período de redemocratização e incorporação na cidadania, para a maioria do seu povo, felizmente, essas ideias conservadoras somente passaram a ser implementadas nos anos 1990.

Nesse processo de avanço do neoliberalismo no Brasil, o Estado foi desaparelhado para atuar como Estado desenvolvimentista, tendo os principais centros de decisão sido absorvidos e controlados por instâncias que escaparam do controle público, as decisões democráticas, a defesa da cidadania, e passaram ao controle do capital. A farsa do Estado gerente e de decisões técnicas e neutras encobre a substituição da democracia de massa pela democracia do capital.

Este artigo objetiva apresentar uma abordagem de como essa realidade contribuiu para desacreditar o Estado, a democracia de massa, a política, a ação de políticas públicas universais, do direito à

cidadania representativa, criando um clima e uma sociedade nos quais imperam a superficialidade, o radicalismo, a ignorância, principalmente dos supostos letrados que se acham donos da verdade. Nesse sentido, além dessa introdução, o ponto seguinte aborda o ataque ao Estado democrático e a emergência da democracia do mercado e, por fim, mostra uma breve conclusão.

2 O Ataque ao Estado Democrático e a Emergência da Democracia do Mercado

No minidicionário Aurélio, o termo democracia apresenta dois significados: “1. Governo do povo; soberania popular. 2. Doutrina ou regime político baseado nos princípios da soberania popular e da distribuição eqüitativa do poder.” (FERREIRA, 1993, p. 165). Nessa linha, nos anos 1950, o sociólogo britânico Thomas H. Marshall publicou diversos trabalhos analisando o desenvolvimento da cidadania e de conquistas democráticas: no século XVIII, ocorreu o desenvolvimento dos direitos civis; no século XIX, a conquista dos direitos políticos; e, no século XX, a dos direitos sociais.

O capitalismo estava diante do Estado do Bem-Estar Social nos países desenvolvidos e, nos países da América Latina, realizava políticas de crescimento econômico. O Estado do Bem-Estar representava um projeto de sociedade que incorporava as classes assalariadas no campo de deliberação política, além de praticar políticas compensatórias combatendo os males da economia de mercado. Na América Latina, os Estados protecionistas e industrializantes comandados por ditaduras realizavam uma política planejada de industrialização forçada em prol da burguesia associada brasileira e do capital oligopolista internacional.

No Brasil, a crise do desenvolvimentismo autoritário e a queda da ditadura militar impulsionaram um processo de “redemocratização controlada”, ficando o Estado sujeito à pressão popular em decorrência da ampliação da participação do povo e à conseqüente cobrança de direitos de cidadania, em meio à enorme dívida social existente no País. A elevação das demandas de políticas públicas e sociais, a integração das massas ao Estado (organizações sindicais, movimentos populares, corporativos, grupos de interesse) levaram a uma maior organização de setores populares que passaram a atuar no universo político, sendo o Estado obrigado a incorporar diferentes interesses da sociedade. Esse processo rumo à democracia de massa possibilitou vitórias na Constituição de 1988, iniciando as

transformações sociais capazes de construir uma nova ordem econômica e social no Brasil (MORAES, 2011).

Entretanto, nesse momento, em sentido contrário, acontecia uma contrarrevolução conservadora, ultraradical (neoliberal) no mundo desenvolvido: Estados Unidos da América (EUA), Inglaterra, Alemanha. O neoliberalismo, baseado no resgate de ideias do século XVIII, orientou e desenvolveu um plano das elites do sistema capitalista que louvava a competição desenfreada, a livre iniciativa, o mercado. Nesse sentido, um dos grandes ideólogos do neoliberalismo, e que participou da reunião em Mont Pèlerin (da Sociedade Mont Pèlerin, organização internacional fundada em 1947, composta por intelectuais, filósofos, economistas e políticos objetivando a promoção do liberalismo e sustentada financeiramente por milionários e suas fundações), o economista de Chicago, Milton Friedman, já havia afirmado a necessidade de criar um clima favorável na opinião pública em favor do capitalismo e do lucro, de modo que este não fosse mais visto como roubo, furto e exploração da classe trabalhadora (MORAES, 2001).

Depois da queda do muro de Berlim, os pensadores conservadores difundiram também a tese do fim da história, do fim dos conflitos políticos no interior do sistema capitalista liberal. Esses ultraliberais pregaram, ainda, o surgimento de um mundo novo, pacífico e definitivo, em virtude da vitória da sociedade baseada na competição e no lucro, que iria eliminar a sociedade assentada na cooperação de inspiração progressista decorrente dos avanços da democracia de massa. O neoliberalismo recuperou a pregação do “capital criador de trabalho e de riqueza”, onde o patrão bonzinho, empreendedor e altruísta dá emprego aos indivíduos na sociedade.

Uma rede global ultraliberal, composta por acadêmicos, jornalistas, ativistas, apoiada pelos ricos e pelo mundo dos negócios, além da criação de uma infinidade de think tanks, passou a promover essa ideologia ao redor do planeta. Nas universidades, ocorreu o financiamento de acadêmicos que passaram a justificar a defesa dos superricos, num processo de assalto das elites contra a democracia popular. O discurso que interessa aos ricos e combate o Estado democrático, dado que esses não apresentam interesse pela democracia de massa e, muito menos, querem arcar com o ônus da democracia, viabilizando uma sociedade democrática e justa, é o objetivo central. Nos anos 1970, esse movimento resgatou esse

grupo de intelectuais medíocres e desconhecidos (neoliberais), que o mundo ignorava, objetivando pregar a defesa e os interesses das elites e das classes médias conservadoras. Foram construídos mitos, na linha do senso comum, dirigindo um ataque às conquistas trabalhistas e sociais.

A pregação neoliberal, pouco a pouco, conseguiu se impor na sociedade de forma hegemônica e dominante, criando uma nova correlação de forças favorável ao mercado, ao capital e ao capitalismo. Neste contexto, saíram vencedores o mercado, as bolsas, a finança, poderes que passaram a colocar qualquer país em *default*, quando procuravam desafiá-los (BAUMAN, 2016). O discurso neoliberal passou a disseminar a ideia-força de que o Estado do Bem-Estar e as demandas democráticas representavam uma maneira de impor aos engenhosos, aos trabalhadores, aos empreendedores, aos ricos, aos proprietários, ou seja, às camadas e indivíduos bem-sucedidos, uma pesada taxaço e confisco dos ganhos de seu esforço (devido à política de taxaço progressiva), com a explicação de que o Estado, sobrecarregando todos os contribuintes (embora represente a defesa dos ricos), gerava desincentivos ao trabalho e incentivava os preguiçosos, os aproveitadores e a malandragem (MORAES, 2002).

Na propaganda neoliberal, deu-se uma grande ênfase ao aspecto de que em democracia do povo ocorre o estímulo à formação de grupos de interesses, particularistas, na disputa pelo fundo público, principalmente da parte de negros, mulheres, incapazes, filhos sem mãe, que vão passar a ter direitos e não mais a se esforçarem a trabalhar, vivendo da assistência de caridade do Estado. No atendimento dessas demandas, o Estado cria uma burocracia poderosa, irresponsável e corrupta, que adquire interesses próprios e gera uma tirania estatal, arbitrária. Em consequência, os liberais passam a atacar o Estado democrático, voltado para o social, a população em geral, os direitos universais, a opção pelos pobres, por essa política construir uma ação de Estado que prima pela ganância, irresponsabilidade e populismo.

No processo de alienação e desinformação do discurso neoliberal conservador, a política e a ação do Estado foram sempre acusadas de populistas. Diferentemente desse processo de desinformação do discurso neoliberal, na verdade, na democracia do povo, qualquer bom governo e o aparelho do Estado deveriam ser populistas, escutar o que pensam e o que pedem as pessoas comuns, os cidadãos; porém, os conservadores apresentam e usam a palavra em sentido pejorativo - pejorativo

não apenas com esse conceito, mas também com relação a quase todas as conquistas sociais, democráticas e no que diz respeito às conquistas de direitos trabalhistas (privilégios) próprias da evolução da democracia de massa.

Na propaganda conservadora, a democracia do povo e a política populista criam um Estado que gasta sempre mais do que arrecada (por isso gasta mal), um Estado que está sempre obrigado a elevar a carga tributária (um grande peso), um Estado que apresenta crises crônicas (crise fiscal, endividamento público, inflação) e um Estado que desenvolve uma burocracia poderosa, irresponsável e arbitrária. Assim, a democracia das massas, ou seja, a democracia sem limites ou a ditadura das maiorias, é apresentada como um governo ingovernável que vai operar no vermelho (défice) e dado que não existe como eliminar a participação popular do voto, como também excluir a participação extraeleitoral, faz-se necessário esterilizá-la, criando e impondo a democracia do mercado (MORAES, 2001, 2002, 2011). A política conservadora neoliberal objetiva impor limites à irresponsabilidade da democracia de massas na defesa da democracia do mercado, na sua ação e desmoralização do Estado democrático.

A questão da corrupção, uma característica da concorrência no mercado capitalista (forma de "corrupção organizada"), passou a ser apresentada como sendo uma prática intrínseca à ação do Estado democrático. Objetivando controlar essa "besta fera" (Estado democrático), os liberais advogam a necessidade de impor limites às democracias populares e impor uma democracia do mercado, estabelecendo normas explícitas para conter os abusos do Estado e das políticas populistas. Um processo de revolução constitucional neoconservadora levou à criação do Estado gerencial (em busca da eficiência, produtividade e competitividade).

O Estado do Bem-Estar Social, do Estado da democracia de massa, em defesa da segurança social e da solidariedade social, e que utilizava o patrimônio dos mais ricos em benefício de todos, dos mais pobres, dos desempregados, das gerações futuras e dos doentes, foi fortemente atacado para viabilizar a supremacia da democracia do mercado. Na democracia do mercado, o Estado e suas políticas passaram a ficar condicionados às funções de criar as condições para o aumento da produtividade e garantir a expansão do capital; por outro lado, as políticas públicas sociais e a expectativa de harmonia social e sua institucionalização objetivaram reduzir as despesas do capital em favor do social.

Esse projeto político da burguesia visou restaurar o poder das elites, que, dadas condições político-econômicas específicas, propiciou ao neoliberalismo servir de aparato conceitual que passou a influir e disseminar valores, desejos, sensações, por meio de conceitos simplistas, abstratos, de senso comum, criando uma utopia de política conservadora que prometia aos indivíduos da sociedade um bem-estar geral via liberdade individual, empreendedorismo, mercado, desde que se garantisse a propriedade privada. A vitória conservadora e o domínio da visão ultraliberal contaram com a ajuda dos principais oligopólios da área da comunicação para conseguir convencer a maioria da população de que a crise da economia capitalista no hemisfério norte e no Cone Sul decorria da ineficiência do Estado, dos elevados gastos públicos e da irresponsabilidade fiscal do setor público e da democracia populista.

Esse movimento reacionário liberal exorcizou a democracia de massa, passando a impor limites às instituições democráticas e ao Estado das massas (limite explícito aos processos políticos), atacando as diferentes esferas de manifestações da democracia representativa (por meio de política de constante desqualificação do Legislativo, do Executivo e das medidas que priorizavam o interesse público e o social), acabando por retirar o Estado do universo da democracia representativa, realizando um processo de subtração das decisões econômicas de grande porte do controle e da esfera pública e os entregando à democracia do mercado (instituições técnicas e neutras).

No processo de difusão e implementação desse receituário neoconservador, foi notório o papel do Estado dos países desenvolvidos (EUA, Inglaterra, Alemanha) e das principais instituições internacionais (FMI e Banco Mundial) definindo as regras do jogo, sinalizando na direção dos investimentos, as políticas de expansão e a atuação do mercado financeiro, a ação dos bancos centrais, para atuar como prestador em última instância em um sistema que vive em permanente crise. A ação do Estado burguês ficou condicionada às regras de conduta em relação aos gastos públicos e à política econômica executada, com suposta aparência de rigor fiscal, na linha da política de orçamento equilibrado. Nesse sentido, o Estado passou a ser em sua essência guardião dos interesses da finança capitalista.

Uma política de “matar a besta de fome” (o Estado) e de confirmar as assertivas neoliberais foi posta em prática pelos seus representantes, que assumiram o poder nos EUA, na Inglaterra e na

Alemanha; propuseram e realizaram políticas de redução radical da tributação, principalmente sobre os mais ricos da população e sobre as grandes empresas; executam práticas deliberadas rumo à recessão econômica, fabricando o mundo de crise do Estado democrático e a consequente falta de recurso junto ao Estado (défice), justificando, assim, a necessidade de reduzir ou eliminar as políticas públicas e sociais universais (processo de profecia autorrealizável). Cresceu a injustiça fiscal (estrutura caminhou na linha regressiva), estimulou-se o processo de sonegação (evasão fiscal) e foi constante a prática de incentivos tributários para os ricos e suas empresas (deduções, isenções e exceções, em um processo de renúncias tributárias altíssimas).

Todas essas medidas condicionaram o comportamento das contas do setor público, que ficaram de acordo com as afirmativas anteriores dos ultraliberais. Nesse sentido, os muito ricos, milionários e empresas contaram com contadores e advogados e uma rede de paraísos fiscais, libertando-se de pagamento de impostos, inviabilizando a ação do Estado democrático e a democracia, que passou a questionar os gastos sociais e direitos da cidadania. Assim, não é sem razão que, no Brasil, desde a Constituição de 1988, nossos liberais vivem alegando excesso de direitos sociais e que esses direitos não cabem no orçamento público, sendo ainda o grande responsável pelas crises por que passa a economia brasileira.

No Brasil, a partir dos anos 1990, foram constantes as reformas nas instituições democráticas do Estado via constituição de agências (agências reguladoras), supostamente técnicas, despolitizadas e profissionais (que não respondem e nem são mais controladas por qualquer esfera política democrática, ficando fortemente sob a influência de quem deveria controlar e fiscalizar); criaram a figura de instituições independentes nas áreas das finanças (banco central independente - BCI); e reforçaram a aplicação da justiça das elites (reforçando um Judiciário retrógrado e ineficiente) com o discurso da corrupção, do roubo e do suborno no seio do Estado (quando, na verdade, esse é um processo endêmico, comum e corriqueiro da sociedade capitalista). Todas essas medidas levaram a um elevado grau de controle das questões decisivas da política, das políticas públicas e do Estado, que protegem prioritariamente os interesses dos ricos e poderosos.

A política de “matar a besta de fome” do idealizado Estado democrático fruto da Constituição

de 1988 procurou deslegitimar a ação do Estado, a própria Constituição de 1998, as conquistas dos direitos sociais, trabalhistas e as políticas públicas, embora a população ainda acredite que prevalece o Estado social democrático. Na verdade, existe é um Estado fora e livre do controle social, o Estado gerencial. Neste Estado gerencial, as políticas de metas de inflação, metas de superávit primário do governo e Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) têm a função primordial de limitar a democracia de massa, implantando a democracia do mercado, assegurando que os governadores eleitos não tenham liberdade de ação, não possam utilizar políticas públicas e sociais universais e, muito menos, possam alterar a distribuição de riqueza e renda da sociedade.

Os setores mais ligados ao capital financeiro articularam um programa capaz de hegemonizar os setores dominantes e reorganizaram profundamente a economia brasileira. Ao longo de todo esse período, ocorreu a privatização da grande maioria do patrimônio público (setor siderúrgico, petroquímico, de fertilizantes, transporte ferroviário, energia elétrica, telecomunicações e bancos estaduais) com a justificativa de reduzir ou acabar com a dívida interna. Os governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), Lula e Dilma realizaram reformas na Constituição contra o povo e contra a democracia de massa, com diversas reformas na previdência (diminuiu os direitos dos aposentados, implementou o fator previdenciário, implementou a Desvinculação de Receitas da União - DRU etc. e abriu espaço para os fundos de pensão dos bancos e de fundo para estatais ganharem muito dinheiro na área da aposentadoria privada).

O discurso ultraliberal ganhou relevância na sociedade brasileira ao longo da disputa do processo eleitoral para presidente da República de 1989, quando Fernando Collor de Mello apresentou um discurso liberal-social acentuando uma pregação moralista de “caça aos marajás”. Todavia, foi o presidente FHC quem viabilizou o processo de “modernizar” a economia e a sociedade brasileira. Esse caminho também foi seguido pelo presidente Itamar Franco, por Lula, chegando a Dilma Rousseff, que continuou a encaminhar as reformas necessárias para inserção do Brasil no processo de mundialização financeira.

A política de administração do Estado assentada nos princípios ultraliberais na linha de *business administration*, da eficiência, da austeridade e do controle dos gastos levou à dilapidação e à espoliação do patrimônio e dos recursos do setor

público em favor dos interesses da finança capitalista; porém, essa proposta de gestão do Estado e o discurso que salientava a necessidade de não deixar passar o bonde da história foram apoiados pelas elites associadas brasileiras, que colaboraram prontamente e passaram a disseminar essa ideia para o povo brasileiro.

Na política de matar a “besta de fome” do Estado brasileiro, as políticas econômicas governamentais apresentaram como objetivo central favorecer o capital financeiro, nacional e internacional, reestruturando o capitalismo brasileiro na linha do Consenso de Washington. Os conservadores trabalharam para a formação e construção de um consenso forjado: economia - dinheiro - mercado. A dívida pública, que estava controlada, elevou-se enormemente e tornou-se puramente financeira (aumento dos juros e da política econômica em benefício do capital financeiro). Assim, passou a faltar recursos para infraestrutura, hospitais e para os gastos em políticas públicas sociais, ficando a Constituição como sendo a grande responsável pela ganância do Estado brasileiro.

Nessa linha, o Governo FHC implementou o processo de estabilização econômica e uma política econômica ortodoxa e conservadora, assegurando ser o caminho necessário para retirar a economia brasileira da crise. Até a formulação político-ideológica do novo-desenvolvimentismo que imperou no comando da dinâmica da economia nacional (Governos Lula II e Dilma I) revelou-se distante da proposta nacional de desenvolvimento e, sim, muito próxima das recomendações do Consenso de Washington ampliado.

Nesse contexto, ocorreu o processo de inserção subordinada e desejada da economia brasileira na nova ordem financeira internacional. O Brasil apostou na política de inserção desejada no processo de globalização, inserindo-se passivamente nessa dinâmica que consagrou as leis e os procedimentos que priorizavam os ganhos financeiros, abandonando qualquer política em favor do desenvolvimento nacional. Não foi sem razão que o governo brasileiro gastou com o pagamento dos juros da dívida interna entre 1994 e 2013 a cifra de R\$ 2,7 trilhões (cf. COSTA, 2014), enquanto, por outro lado, a sociedade brasileira convive com filas em hospitais, falta de saneamento básico, graves problemas de infraestrutura, carência de escolas de qualidade etc. etc.

Em 1994, o governo federal criou o Fundo Social de Emergência (FSE), que, posteriormente, passou a ser chamado de Fundo de Estabilização Fiscal

(FEF). Este fundo foi reformulado e passou a ser denominado, em 2000, de DRU. A DRU retira 20% de todos os recursos vinculados e deixa livre para a União gastar, preferencialmente, mobilizando recursos para remunerar o capital rentista e atender ao superávit primário, como exige o capital financeiro (PAULANI, 2006). A DRU e a LRF engessam o Estado e liberam recursos orçamentários da área social e os direcionam para o pagamento da dívida pública, elevando os superávits primários, procurando mostrar que gastos da seguridade social são privilégios (COSTA FILHO, 2013).

O Estado brasileiro atuou em benefício da finança capitalista com medidas de renúncia tributária em favor da renda do capital. Em 1995, a lei n. 9.249, de 26 de dezembro, permitiu a dedução dos juros (criando uma despesa fictícia) sobre o capital próprio nas apurações do imposto sobre a renda de pessoa jurídica (IRPJ) e na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Outro benefício em favor da Banca financeira se encontra no artigo 10 da referida lei, que isentou de IRPJ a remessa de lucros e dividendos para o exterior. Desde 1996, a distribuição de lucros e dividendos passou a ser isenta da cobrança do imposto de renda (IR).

Ao longo do tempo, o Estado brasileiro acabou com o conceito de empresa nacional. Ao igualar os direitos das empresas estrangeiras aos das empresas nacionais, realizou o processo de privatização de mais 5 mil empresas (que, em grande maioria, passaram a ser de domínio de capital estrangeiro), implementando a livre mobilização de capitais e a desregulamentação financeira. O governo realizou a abertura da economia, reduziu o papel do Estado na economia, flexibilizou o mercado de trabalho (terceirização etc.), realizou diversas investidas de reformas na Constituição, alterando profundamente a ordem econômica e social que sinalizava na linha da democracia de massa (COSTA, 2014).

Desde então, uma intensa produção e difusão de ideias, de valores e de imagens favoráveis a esse projeto conservador foram amplamente difundidos pelos principais meios de comunicação do País. A linha editorial predominante é de constante louvor ao mercado como matriz de riqueza, eficiência e justiça; ao mesmo tempo, com pesadas críticas à ineficiência, à ganância e à corrupção que imperam no Estado brasileiro. Os grandes oligopólios de comunicação passaram a trabalhar para acusar a intromissão e intervenção indevida do Estado, que

em muito distorce o idealizado e belo mundo capitalista, inibindo a classe propulsora do desenvolvimento e do progresso com uma taxação confiscatória, sufocante, escorchante. O discurso que desqualificava os opositores, por serem caipiras, atrasados, saudosistas e, no mínimo, neobobos deu o tom inicial da investida neoliberal na sociedade brasileira.

A sociedade presenciou um ataque sistemático aos direitos democráticos e sociais, via manipulação da informação pelos principais meios de comunicação de massa (Globo, Estadão, Folha, revista Veja etc.), e por meio de think tanks ultraliberais (Instituto Millenium, Instituto Ludwig Von Mises, rede de institutos liberais do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul etc.), realizada com sutileza, dissimulação, que vem distorcendo a realidade e, habilmente, manipulando a opinião pública e atacando os direitos democráticos (previdência social, leis e direitos trabalhistas, numa ofensiva contra os direitos e garantias dos trabalhadores via execução de diversas reformas na previdência social). Esse processo mudou a agenda do Estado, o espaço público foi modelado nos padrões privados e em favor dos grandes oligopólios. Sobretudo, alteram-se os espaços e processos em que se fazem as escolhas relevantes para a sociedade (BCI, metas de inflação, superávit primário, LRF). Limitou-se a política orçamentária (LRF) impondo nível que transcende a política ordinária (emenda de equilíbrio no orçamento).

Os Governos Lula e Dilma mantiveram política econômica de lógica rentista que dominou a economia brasileira, sempre em detrimento dos gastos sociais e dos investimentos públicos, tendo na LRF o mecanismo que enquadrava a União, os estados e os municípios para servirem ao capital financeiro. No Brasil, tem-se mudado de governo, mas não a equação básica pela qual a tecnocracia associada ao mercado financeiro manda na política econômica do governo. A máquina operacional da Fazenda e do Banco Central do Brasil continuou dominada pelos neoliberais. Esses tecnocratas foram aculturados pelo FMI, Banco Mundial (via Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento - Bird) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e inviabilizaram qualquer possibilidade de se fazer política econômica independente e autônoma (ASSIS, 2005).

Nessas décadas de predomínio neoliberal, o Estado brasileiro não investe e não apresenta um plano que aponte para onde a economia brasileira irá situar-se nesse novo contexto global em

formação, continuando prisioneiro do Consenso de Washington de segunda geração. Após duas décadas de intensa política e alienação social do neoliberalismo na sociedade brasileira com opinião hegemônica e dominante, presencia-se uma nova correlação de forças favorável ao mercado, ao capital e ao capitalismo e o domínio da democracia do mercado, mesmo diante do evidente fracasso em realizar quase tudo que prometia.

O realismo dos pressupostos neoliberais não revela coerência com a predição de fatos, independentes dos seus enunciados; apontam que os governos na América Latina e no Brasil apresentam um esquerdismo ideológico, quando na verdade os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) trabalham para servir a Deus e ao diabo; procurou manter os ganhos das elites brasileiras (setor financeiro, grandes oligopólios, agronegócio, empreiteiras) e, ao mesmo tempo, procurou, minimamente, reduzir as gigantescas desigualdades sociais do Brasil que tanto escandaliza o mundo, mostrando que nessas terras habita uma das populações mais atrasadas do mundo.

Apesar da elevada dose de arrogância de seus ideólogos tupiniquins, a realidade de suas políticas apresenta indicadores, no mínimo, lamentáveis. No que diz respeito ao crescimento econômico e ao emprego, verifica-se impactos desastrosos no crescimento do Brasil e até em nível mundial. Quanto ao emprego e à renda, prolifera um processo de degradação na qualidade do emprego e o crescente desemprego; e o Brasil, que já utilizava a prática de *dumping* social na competição internacional, tratou de aprofundar esse processo. Os indicadores de renda e de bem-estar social revelam a proliferação da pobreza e a elevação das tensões sociais (mortalidade, criminalidade, delinquência, acidentes de toda espécie etc.). Presencia-se a elevação da insegurança de grandes segmentos da população; consequentemente, maiores riscos na vida cotidiana, dando margem para ideias mais retrogradadas ainda, na linha do fundamentalismo político-religioso.

Os neoliberais nunca apresentam e nem definem respostas adequadas para os problemas da sociedade capitalista, mas sim para os problemas do capital. Desse modo, suas políticas elevaram os níveis de insegurança, do risco, da precariedade da vida de amplos segmentos da humanidade, mais ainda em uma sociedade capitalista periférica como o Brasil. Não é sem razão que crescem os índices de morte e do tráfico de drogas e assiste-se a uma guerra civil não declarada em que os mais

vulneráveis (negros e jovens da periferia) são as maiores vítimas. Em 2012, “40 mil pessoas foram assassinadas por algum tipo de arma de fogo [...]” (MADEIRO, 2015, n.p.), de um total 56 mil homicídios registrados no País. E o discurso dos conservadores, diante dessa guerra, apenas clama por redução da maioria penal e por mais polícia; não entendem ou camuflam a realidade econômica, social e cultural da população do Brasil.

Defensores da tradição e da autoridade estabelecida, ao criarem o Estado gerente, estão a descartar a democracia e o governo do povo, trabalham para piorar essa realidade social, pois vigoram os valores em defesa da democracia do mercado; construíram um Estado que promete ao povo o que não pode e nem tem por objetivo entregar (o atendimento de melhorias e de direitos para toda a população). Assim, não importa que partido seja o vitorioso nas eleições (PT, PSDB, PMDB, PCdoB etc.), os principais mecanismos de ação do Estado estão sob domínio da classe capitalista hegemônica, e a política do Estado não muda.

O Estado, entretanto, necessita de voto e precisa legitimar-se. Nesse sentido, a legitimação perante a sociedade ocorre com prática de políticas de benefício com alvos precisos e delimitados (política focalizada, em decorrência da pesada crítica feita à política universal clientelista). Desse modo, o Estado gasta muito menos (pobre custa pouco, muito pouco, com o programa Bolsa Família: seletivo, impondo condições à concessão). Essas políticas focalizadas recebem em troca a gratidão dos beneficiados, tudo na linha da caridade - hoje também muito comum nos programas de televisão, aos sábados e domingos, e em campanhas nacionais dos oligopólios de comunicação: Criança Esperança, Teleton etc. Diferentemente da entrega dos bens públicos e direitos universais (generalização e universalização dos direitos sociais) próprios das formas de democracia de massa, o atendimento das demandas sociais ficou reduzido a programas de combate à miséria e à pobreza absoluta.

O capitalismo e seu propagandistas, os neoliberais, vendem gato por lebre, prometem o que não pode entregar. O capitalismo, que promete sucesso, prazer, satisfação, eficiência, perfeição, construiu um mundo em que imperam apatia política, desilusão e desmoralização ideológica, insegurança econômica e atomização social. Os indivíduos se caracterizam pelo consumismo, arrogância, despilitização e egoísmo. No Brasil,

essas características elevaram em muito o ódio, a raiva, o rancor, a discriminação e a repulsa que a sociedade brasileira apresenta em relação aos que têm possibilidade de ascender política e socialmente.

3 Conclusão

No mundo globalizado sob o domínio do capital financeiro, onde os Estados são incapazes de enfrentá-los, os governos encontram-se sobre dupla pressão. A primeira diz respeito a ter que responder aos eleitores nas suas demandas e reivindicações de políticas públicas e sociais próprias da democracia de massa, só que, ao mesmo tempo, um segundo ponto diz respeito à realidade conservadora, aos mercados, à finança, que jamais são eleitos, mas governam, impedindo a realização dessas ações democráticas. Assim, a democracia de massa elege, mas é suplantada e substituída pela democracia do mercado, que comanda e governa o Estado.

As questões historicamente graves que existem na economia e na sociedade brasileira foram agravadas em consequência da execução desse projeto conservador nas últimas três décadas, que não apresenta interesse pela participação democrática e pela questão social (cf. PELIANO, 2016). Entretanto, uma interpretação deformada da gestão do gasto social e da ineficiência e corrupção na gestão do Estado são repetidas em jornais, revistas, televisão e rádio. Essa é a visão corrente até em muitos currículos universitários, em cursos de graduação e pós-graduação no Brasil. Trata-se de um movimento coordenado, persistente e volumoso dos conservadores que atuam em diversas frentes para influir junto à opinião de cidadãos desinformados e até em meio à intelectualidade, cujo principal método é a repetição. As ideias mais absurdas são repetidas de forma incessante para dominar o coração e a mente do grande público, escamoteando a verdadeira finalidade da gestão pública e da disputa pelos recursos do fundo público (cf. SICSÚ, 2007).

Referências

- ASSIS, J. C. *Uma visão do real problema do Brasil*. Disponível em: <<http://www.desempregozero.org.br>>. Acesso em: 10 maio 2005.
- BAUMAN, Z. *Bauman examina crise da internet e da política*. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/capa/bauman-examina-crise-da-internet-e-da-politica/>>. Acesso em: 13 mar. 2016.
- BRASIL. Lei n. 9.249, de 26 de dezembro de 1995. Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 27 dez. 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9249.htm>. Acesso em: 11 mar. 2016.
- COSTA, E. *Os 20 anos do Plano Real: uma herança terrível para os trabalhadores brasileiros*. ago. 2014. Disponível em: <http://resistir.info/brasil/plano_real_20_anos.html>. Acesso em: 09 mar. 2016.
- COSTA FILHO, S. *Lei de Responsabilidade Fiscal: a institucionalização do Estado brasileiro em defesa do capital financeiro*. 2014. 322 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) - Programa de Doutorado Interinstitucional em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014.
- FERREIRA, A. B. H. *Minidicionário da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- MADEIRO, C. *Número de assassinatos com arma de fogo no Brasil é o maior desde 1980*. 13 maio 2015. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/05/13/numero-de-assassinatos-com-arma-de-fogo-no-brasil-e-o-maior-desde-1980.htm>>. Acesso em: 11 mar. 2016.
- MORAES, R. C. *Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai*. São Paulo: Senac, 2001.
- MORAES, R. C. Reformas neoliberais e políticas públicas: hegemonia ideológica e redefinição das relações Estado-sociedade. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 23, n. 80, p. 13-24, set. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12921.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2016.
- MORAES, R. C. C. *As incomparáveis virtudes do mercado: políticas sociais e padrões de atuação do Estado nos marcos do neoliberalismo*. jun. 2011. Disponível em: <https://reginaldomoraes.files.wordpress.com/2011/06/incomparaveis_virtudes.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2016.
- PAULANI, L. M. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira. In: LIMA, J. C. F.; NEVES, L. M. W. *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. p. 67-107.
- PELIANO, J. C. O gato, a lebre e o capitalismo. *Carta Maior*, 14 jan. 2016. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Editorial/Economia/O-gato-a-lebre-e-o-capitalismo/7/35328>>. Acesso em: 14 jan. 2016.
- SICSÚ, J. (Org.). *Arrecadação (de onde vem?) e gasto público (para onde vão?)*. São Paulo: Boitempo, 2007.

*** Doutor em Políticas Públicas; professor do Departamento de Ciências Econômicas e do Mestrado Profissional em Gestão Pública da Universidade Federal do Piauí.**